

# CAPITAL SOCIAL, ESPORTE E JUVENTUDE: NOTAS SOBRE UMA NOVA TECNOLOGIA SOCIAL DE PACIFICAÇÃO\*

**Murilo Mariano Vilaça**

**Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ**

## **1. Introdução**

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre o conceito de Capital Social e as políticas de inclusão social implementadas através de projetos que unem esporte, lazer e educação. O conceito em questão é o de *Capital Social*, o qual será abordado como um conceito-chave para analisar a relação entre esporte, juventude empobrecida e contenção da violência. Em outras palavras, meu propósito é investigar a possibilidade de relação entre o conceito de *capital social* e o que tem sido desenvolvido através das práticas desportivas, dando especial atenção à questão de uma cidadania cordata promotora da ordem social.

A hipótese da qual parto é que a *educação não-formal, não-compulsória* e, em certo sentido, *lúdica*, propiciada pela prática de esportes, pode estar cumprindo alguns papéis que anteriormente eram exercidos, no campo pedagógico, pela escola. A chamada “crise disciplinar” pela qual a sociedade brasileira, e a escola em particular, passa está pondo em xeque sua eficiência, nos seus mais diversos aspectos. Como a necessidade de disciplinar, transmitir valores, constituir subjetividades, formar para uma dada noção de cidadania – isto é, para um projeto de sociedade – ainda não caducou, e como a educação ainda é um meio extremamente importante para implementá-los, parece que houve a necessidade de forjar novos dispositivos disciplinares.

A estratégia de disciplinamento ou apaziguamento social através das práticas pedagógico-desportivas, que tem como foco a juventude marginalizada, pode servir como indicativo da visão relativamente disseminada de que há uma relação imediata entre pobreza e violência-criminalidade. Nessa perspectiva de territorialização da violência e construção da noção de *sujeitos-criminosos*, o investimento na cultura da paz inserida no Capital Social aparece como solução de um problema, cujas raízes extravasam a simplória relação supracitada.

## 2. Capital social: uma crise como pano de fundo

O conceito de Capital Social aparece, pela primeira vez, em 1916, com os estudos de Lyda Judson Hanifan (BAQUERO e HAMMES, 2006; D'ARAÚJO, 2003). Mas é a partir da década de 1990 que ele ganha uma dimensão social mais importante (D'ARAÚJO, 2003). Nela, o Banco Mundial cria um conjunto de capitais para servir de critério de avaliação de projetos de desenvolvimento. O *Capital Social* é um deles, e refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais numa dada sociedade (D'ARAÚJO, idem). Haja vista a *coesão social* ser tida como um fundamento para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento sustentável, o Capital Social funcionaria como uma espécie de 'argamassa' que manteria o contato entre as instituições, vinculando-as aos cidadãos em busca do bem-estar comum. O que está em jogo é a formação do que Robert D. Putnam (2007) chama de "comunidade cívica", o que indica que o Capital Social surge com a função de promover a manutenção da ordem social diante da crise do modelo liberal clássico. Na tentativa de suscitar um consenso ideológico ou uma *ideologia única* para fazer frente à crise que despontara em nível mundial a partir da década de 1970, inclusive ameaçando valores antes tidos como absolutos e compulsórios para toda organização social que almejasse ser caracterizada como uma *sociedade bem-ordenada*<sup>1</sup>, surgiu um conjunto de medidas, estratégias e políticas que buscam estabelecer novos valores, cujo objetivo era manter ou promover a governabilidade.

À medida que a estrutura institucional democrática e, sobretudo, o valor da liberdade ocidental são postos em risco, coloca-se em xeque os regimes democráticos de governo, apontando-se para um novo imperialismo, que opera sob a falaciosa retórica liberal e democrática dos oprimidos por regimes autoritários (MÉSZÁROS, 2004). O contundente e rotineiro uso da mais brutal máquina militar, combinada com a patente falsidade e cinismo dos pretextos e justificativas da nova versão de "guerra civilizatória" não são fatos efêmeros, expressão meramente conjuntural. Na realidade, são os sinais mais contundentes de uma *nova época histórica*.

O que Mézáros (idem) chama de "crise estrutural do sistema do capital como um todo" (p. 16) é expressão da crise do Estado liberal. O século XX foi marcado desde seu início por muitas e profundas mudanças. As ocorridas no campo militar, com as duas grandes guerras mundiais; nas relações internacionais, economia e política, com o

---

<sup>1</sup> Conforme definição em *O liberalismo político*, pp. 78-84, de John Rawls, publicado pela editora Ática em 2000.

período áureo do capitalismo no pós-guerra – décadas de 1950/60 – e sua crise na década de 1970; a ‘revolução’ tecnológica e da informática e todas as críticas ao estado intervencionista e de bem-estar social feitas pelo neoliberalismo fizeram com que surgisse um novo contexto societário. Reformas estruturais estão sendo implementadas para tentar contornar os problemas causados (supostamente) por um Estado robusto, que dá concessões aos movimentos operários e sindicais, os quais ‘parasitariamente’ o pressionam para que aumente os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Essa visão não toca o cerne do problema: a acumulação de recursos (capital) por parte de uma minoria, de um lado, e a escassez que leva um contingente enorme de pessoas à miséria completa, de outro. Tal situação tem se agravado com as reformas econômicas neoliberais, que não conseguem concretizar a cidadania, visto que sua preocupação não está em mudar a *base material da reprodução da vida*, mas somente manter dado estado de coisa, a ordem liberal. Assim, todas as formas de miserabilidade e exclusão são mantidas, impedindo a concretização dos princípios norteadores de um Estado democrático, inviabilizando uma vida cidadã.

O surgimento do consenso neoliberal e sua consolidação através, por exemplo, da vitória eleitoral dos conservadores na Grã-Bretanha são expressões de uma espécie de *virada à direita*, inclusive de alguns partidos de esquerda, como o *Trabalhista* da Inglaterra, o que aprofundou as mazelas do capitalismo (MÉSZÁROS, *ibidem* e ANDERSON, *idem*). No capitalismo baseado na ideologia neoliberal, mais do que nunca, a pobreza é aceita e tida como necessária e, em última análise, *justa* e *necessária*. A desigualdade é vista como possuindo um valor *positivo* e a pobreza é considerada como expressão da falta de capacidade individual, fruto do fracasso pessoal, e não das desiguais condições de vida e acesso às oportunidades (ANDERSON, *idem*). A assistência e previdência sociais promovidas pelo Estado de bem-estar passam a ser vista como *negativa*, pois destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

O fosso que os separa é cada vez maior e uma crescente massa é submetida a condições de vida desumanas. Todo avanço tecnológico, aumento da produção de riquezas, incremento da produção de alimentos que o mundo contemporâneo vivencia não foram suficientes para diminuir a desigualdade social, econômica e política que assola as sociedades (BAQUERO e HAMMES, *idem*). Agora, em vez de conjuntural, o que se vê, a partir do final da década de 1960, sobretudo no início da de 1970 – precisamente, 1973 –, é a erupção de uma *crise estrutural e sistêmica do capital*

(MÉSZÁROS, *ibidem*). Apesar de já em 1968 haver sinais importantes da crise que se aproximava, foi em 1970 que até mesmo os mais ferrenhos apologetas da ordem estabelecida tiveram que admitir que o capitalismo entrara numa época de crise, onde o desemprego seria estrutural. Isto quer dizer que não só os ditos “trabalhadores não-qualificados”, mas também os “altamente qualificados”, enfrentariam a situação de desemprego. Ressalto que, se o trabalho deve ser considerado como uma condição sem a qual a cidadania não se concretiza, um contingente ainda maior de pessoas passou a ter negada a condição de cidadão.

A racionalização tecnológica - que açambarcou não só os ramos periféricos de uma indústria obsoleta, colonizando setores mais desenvolvidos e modernizados - contribuiu decisivamente para o aprofundamento da precarização do mundo do trabalho. “Portanto, não estamos diante dos subprodutos ‘normais’ e voluntariamente aceitos do ‘crescimento econômico’, mas de seu movimento em direção a um colapso (...)” (MÉSZÁROS, *idem*, p.17). Este *colapso* atinge os trabalhadores como um todo, visto que *todas* as categorias de trabalhadores, ou seja, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade se vê em crescente situação de precarização.

As consequências sociais imediatas e mediatas disso são tremendas. Não por acaso, vários estudos foram publicados durante a década de 1970, a fim de analisar questões sobre justiça e o Estado<sup>2</sup>. O Estado mínimo e a lógica do mercado, intimamente ligados, dão o tom das soluções para retomar o desenvolvimento econômico, manter o sistema democrático e a ordem social. São estes os elementos-chave da lógica na qual o Capital Social está inserido.

### **3. Juventude, esporte e cidadania: capital social contra a violência**

Vários artigos discutindo a relação entre CS<sup>3</sup> e juventude têm sido publicados. Um dos enfoques importantes é o que trata do processo de socialização política da juventude através do CS no interior de sociedades democráticas em crise. A questão que estes autores se colocam é a de como mobilizar a juventude, engajando-a em práticas políticas associativas fundamentais à cultura cívica. De acordo com D’Araujo (2003), Putnam entende que o *desengajamento cívico*, ou seja, um processo de afastamento de questões políticas, de interesse público, é um dos graves problemas atuais que põem em

---

<sup>2</sup> Por exemplo, *Uma teoria da justiça*, de John Rawls (1971); *Anarquia, Estado e utopia*, de Robert Nozick (1974).

<sup>3</sup> Doravante, utilizarei CS em vez de capital social.

risco a sociabilidade. As causas desse processo são variáveis. Para Putnam, *o hábito de assistir televisão* é a variável mais explicativa (D'ARAUJO, idem). Para Fukuyama (1996), a causa mais importante é a *crise de confiança* que vem solapando as relações institucionais e interpessoais, o que acaba por esvaziar o espaço público. Uma questão que se coloca ao CS é como promover o engajamento político, promover o desenvolvimento, mas sem perder o controle sobre a ordem social (FUKUYAMA, 2000).

Aquilo que Nazzari (2006) chama de *agências de socialização política* tem diversificado suas estratégias. Embora diversificadas, todas visam promover os valores que compõem o CS: *confiança, cooperação e participação política dos cidadãos*. Como já vimos, a ideia é que os concidadãos colaborem para incrementar a comunidade cívica, visto que ela é condição de possibilidade para o desenvolvimento eficaz. Aqueles três valores são, por assim dizer, interdependentes. A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por seu turno, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e promove a participação em associações voluntárias.

Muitos são os modos utilizados para alcançar esse quadro ideal de uma comunidade cívica fundada na cooperação e confiança. Dentre as agências ou dispositivos de socialização política encontradas na contemporaneidade, importa-me considerar aquelas que implementam políticas públicas que unem esporte e lazer numa perspectiva pedagógica. São os projetos sociais esportivos e seus discursos que me interessam. A partir dos discursos veiculados midiaticamente, angario indícios que me auxiliarão no entendimento da lógica vigente nestas agências. A retórica é composta pela apologia de valores e princípios fundamentais à sociabilidade. Inclusão, superação de limites, disciplina, solidariedade, cooperação, abnegação, espírito de luta e de equipe são alguns dos valores tidos por fundamentais à vida em sociedade que corriqueiramente são propalados como sendo trabalhados através da prática orientada de esportes. “Esporte educa”, ouvimos dizer. Sim, mas educa para quê e cumprindo quais interesses? Uma das coisas que está em jogo é a questão da *ordem social*.

O problema da cooperação social sempre ocupou lugar de destaque na ciência política, afinal, por que nos reunimos em grupos organizados política, jurídica e economicamente, numa associação mais ou menos harmoniosa e duradoura? E quais são os fenômenos sociais que põem em risco essa associação? Como lidar com eles? Enfim, essas são algumas das questões mais representativas, às quais o CS surge como uma

resposta. A relação entre CS, educação e esporte e prevenção da violência pode ser interpretada como parte de um conjunto de ações que visam promover a educação política da juventude, forjando uma noção de cidadania relativa ou *quase cidadania*, ou ainda, uma *cidadania cordata*, para a qual o *sumo bem* é uma paz e a ordem sociais.

Keil (2004) afirma que o exercício da cidadania, no Brasil, nunca foi pleno. O atual contexto aprofundou a já minguada cidadania brasileira, pois *direitos* têm se tornado *bens de consumo*, podendo, com isso, serem intercambiáveis, e *deveres* são vistos como *obrigação*, o que enfraquece seu caráter político. A juventude se vê diante de uma realidade pouco animadora. A juventude empobrecida, sobretudo, vê seus direitos serem diária e inescrupulosamente desrespeitados. Assim, ela é impedida de exercer a tão propalada cidadania. A cidadania é um conceito que já nasce mitigado. Contudo, apesar de sua ‘idade avançada’, ainda não amadureceu o suficiente, e se mostra frágil diante dos constantes ataques sofridos.

Segundo Baquero e Hammes (ibidem), a UNESCO defende claramente a necessidade e importância da participação cidadã da juventude. A questão que logo se coloca é qual ação cidadã se espera que a juventude exerça. Os empreendimentos políticos apontam, sobretudo, para a ideia de formação política de jovens com vistas à postura associativa em relação à defesa do bem comum, jovens que reconheçam o valor do voluntariado e da coletividade, respeitem o próximo, as regras sociais vigentes, a diversidade, cultivando valores como confiança, civismo, empreendedorismo, entre outros (BAQUERO e HAMMES, *ibid.*; KEIL, *idem*).

No meu entendimento, o fenômeno esporte é análogo àquilo que caracteriza o liberalismo. O esporte, desde a modernidade, é um grande aliado do regime liberal, perfazendo-se uma prática auxiliar à sua propagação. Nos últimos tempos, o discurso apologético do valor pedagógico, civilizatório e político do esporte se intensificou. Reportagens, antes restritas aos programas de televisão esportivos, são veiculadas em variados formatos. Desde vinhetas de intervalo comercial, passando pelos destaques em jornais de grande circulação, chegando aos programas de reportagens especiais, o que se tem visto é a propagação da ideia de que através do esporte se pode vencer a crescente criminalização de crianças, adolescentes e jovens. Para mim, em vez de políticas públicas de esporte e lazer, estamos, na realidade, diante de políticas de segurança pública. A marca dessa estratégia de disciplinarização dos sujeitos, a qual promoverá, em tese, a diminuição dos índices de violência, é a sutileza e a dissimulação das estratégias utilizadas. Essa vertente pedagógica, caracterizada como *não-formal, lúdica*,

*não-compulsória*, cumpre essas funções. Ao invés da experiência escolar, temos a livre ou espontânea adesão dos sujeitos àquela prática pedagógica. Logo, se não se está ali obrigado, cabe respeitar as ‘regras do jogo’. É o controle sutil, eficaz e econômico, a nova economia disciplinar do novo modelo societário.

A disciplinarização dos sujeitos, a difusão de saberes, a construção de identidades particulares e coletivas, a manutenção de relações de poder e dominação, ainda que haja sempre lugar para lutas de resistência, são alguns dos objetivos desses novos espaços de controle. Com o desemprego estrutural que tem retirado da educação formal e suas instituições, inclusive de nível superior, a certeza da empregabilidade, de um ‘futuro melhor’, tem-se experimentado um progressivo processo de descaso e descrédito acerca do papel da educação formal. Essa situação tem destituído a escola de sua posição de outrora, o que tem gerado uma série de importantes problemas no seu interior, sobretudo disciplinares. Por outro lado, os projetos desportivos parecem estar em franca ascensão quanto à relevância social. As grandes mídias os apresentam como ‘formadores de cidadão’, como espaços de transformação e ascensão social.

As chamadas *pedagogias do corpo*, com destaque para o esporte, associadas ao modelo educacional não-formal, constituem-se uma importante estratégia de subjetivação contemporânea, também de controle social (SOARES, 2006). Por conseguinte, visto que são extremamente relevantes quanto à execução dos processos de domesticação e docilização, aspectos fundamentais à gestão da população (SOARES, *idem*), multiplicam-se. De acordo com Baquero e Hammes (*ibid.*), no Brasil há um conjunto de práticas sociais que envolvem experiências de educação não-formal com a juventude empobrecida. Elas compõem parte importante das políticas públicas voltadas para a juventude tida como em situação de risco social. O público-alvo é a juventude das comunidades carentes. Construir cidadãos (ordeiros) é a pedra de toque desses projetos. Neles, os jovens são submetidos a um sistema disciplinar que viabilize esse objetivo, o que dá corpo a discursividade que legitima esses projetos sociais como um ambiente de formação humana, tornando-os extremamente relevantes na contemporaneidade.

A ‘crise’ atual põe a ordem social, os modelos de Estado e governo tradicionais e as instituições liberais sistematicamente postos em xeque, o que, aliada à violência endêmica, tem criado um ambiente de crescente instabilidade social. Com efeito, entendo que o conceito de CS é uma chave importante para a compreensão das práticas pedagógico-desportivas. Se, por um lado, perde-se parte importante do poder exercido

pela educação formal, fruto da crise generalizada das instituições, por outro, a manutenção da ordem, a formação de identidades disciplinadas através da construção da noção de *sujeitos-cidadãos*, entre outras características, permanece, demandando a criação de outros espaços que deem conta dessa tarefa. E, aparentemente, os novos espaços educacionais não-formais de disciplinamento, cuja estratégia descrevi acima, está exercendo uma eficaz implementação dos valores que o conceito de CS enseja. Promovem uma educação política com vistas a uma ação social particular, na qual à juventude cabe uma postura cordial, ‘responsável’, ‘cidadã’, solidária, cooperativa para a construção da paz e ordem sociais, ou seja, segundo as regras do jogo cívico-liberal (NAZZARI, idem).

Estamos diante da tentativa de implementação do CS nos termos que vimos anteriormente. Visa-se, com isso, inculir novos valores, normas e crenças na juventude brasileira, ensinando a respeitar as regras do jogo, de tal modo que se previna a entrada de um grande contingente de jovens marginalizados na criminalidade, sem, contudo, incluí-los plena e irrestritamente no contexto social. Conclui-se que o CS é um conceito apropriado quando se investiga os objetivos desejados pelos projetos que unem esporte, lazer e educação.

#### **4. Considerações finais**

Um dos problemas que assolam as sociedades, e a brasileira particularmente, é o da violência crescente. Aliado a ela, há a endêmica corrupção das instituições estatais. As bases sobre as quais a sociabilidade e, portanto, a governabilidade se sustentam, parecem entrar em colapso moral e de eficácia na contemporaneidade, produzindo um clima de *desconfiança, descrédito e desrespeito generalizados* (FUKUYAMA, 1996, 2000). Para sanar os problemas sociais decorrentes de uma organização classista desigual, a saída que tem sido empreendida não aponta para a superação das classes, o que, ao que parece, representa uma estratégia para manutenção das desigualdades, associada ao arrefecimento das lutas e problemas sociais advindos delas. Além disso, temos visto a progressiva perda da privacidade, valor pétreo liberal, que tem sido sistematicamente desrespeitado em nome da segurança. Essa é uma importante característica das sociedades de controle que foi antevista por pensadores como Deleuze.

Observa-se que as forças de implementação dos padrões próprios de uma sociedade de controle operam em várias trincheiras, a fim de *naturalizar* o controle.



Entretanto, o motivo de fundo dessa situação crítica que vivemos parece bem simples e permanece intocado: a patente parcialidade de um governo capitalista. Ao invés do que propugna os arautos do CS, a solução não parece ser uma renovação moral ou cultural no interior do capitalismo, a partir de sociedades mais bem organizadas, regidas por belos e justificáveis princípios associativos, ainda que estes sejam importantes. Inobstante ao entendimento de que alguns valores defendidos pelos autores sejam claramente positivos e dignos de aceitação e defesa, o que parece estar sendo ignorado ou escamoteado é o fato de que sociedades capitalistas são *necessariamente, estruturalmente* desiguais. A discussão sobre desigualdades justas e injustas é muito complexa e extensa. Porém, parece-me amplamente justificável o argumento de que as desigualdades próprias do capitalismo, como esse se configurou em toda sua história, são a ‘fina flor’ da injustiça social.

Com o objetivo de solucionar os problemas apresentados, temos uma multiplicidade de discursos, muitos deles incisivos, acerca da importância da cidadania, da necessidade construir uma juventude cidadã, que respeite o outro, que se dedique aos estudos e participe ativamente da construção de uma ordem social para a paz. Parece contraditório? E é. Esse é só um exemplo das contradições inerentes ao capitalismo. No caso específico do Estado e de suas instituições, por assim dizer, ‘formais’, tais como o sistema judiciário, o parlamento, a polícia, as agências reguladoras de serviços, etc., devem sua legitimidade e idoneidade ao igual trato que dão aos concidadãos e à transparência de suas atividades, o que, numa sociedade classista como a burguesa, é apenas, e quando muito, uma meta distante. Destarte, a democracia também se vê ameaçada, visto que o poder é distribuído de modo desigual, da mesma forma que o acesso aos direitos, bens e serviços fundamentais. No Brasil, recorrentes pesquisas de opinião pública indicam a falta de confiança do povo nas instituições públicas<sup>4</sup>. Os motivos e objetivos desse processo de enfraquecimento institucional são variados e complexos, mas têm cada vez mais empurrado para a chamada *sociedade civil*, através das cooperativas, ONGs, associações e afins, parte importante da responsabilidade de suprir certas demandas sociais prementes, anteriormente um dever estatal. A hipertrofia da sociedade civil é o resultado de um projeto de sociedade que podemos chamar de neoliberal, onde o Estado restringe cada vez mais suas atividades.

---

<sup>4</sup> Para um exemplo recente deste tipo de estudo, ver ALMEIDA, Carlos Alberto. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Diante de uma miríade de iniciativas, o CS aparece como o elemento de ligação que garantirá as condições basilares à implementação das políticas econômicas atuais. Seu papel parece ser também o de arrefecer os ânimos, de coibir a revolta esclarecida, em nome de uma suposta coletividade solidária. Cabe perguntar, mais uma vez, a quem interessa o CS. Questionar que cultura política deseja implementar, que juventude construir, que cidadania ‘garantir’.

Este estudo apresentou alguns elementos que identificam o processo de passagem de uma ordem disciplinar para uma de controle, apresentando características de variados tipos, tendo apropriadamente o conceito de CS como uma chave para sua compreensão. Cabe investigar mais detalhadamente a complexidade dos procedimentos adotados. Entretanto, ficou clara a pertinência deste conceito para a construção de uma nova ordem disciplinar, baseada na eficácia e sutileza do autocontrole. Além disso, vimos como o esporte, através da apropriação educacional pelos projetos sociais, tem sido um importante veículo de propagação do CS e de seus valores agregados. Com isso, pelo esporte se pode ensinar a respeitar as regras do jogo social, as quais devem ser observadas, sob pena das devidas punições previstas nos códigos disciplinares. Ou seja, a relação entre esporte, poder disciplinar, CS e ordem social expressa uma das modalidades atuais de pacificação social dos sujeitos, da juventude considerada em situação de risco social.

### **Referências bibliográficas**

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAQUERO, Rute e HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção de capital social: que saberes são necessários? In. BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.
- FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- KEIL, Ivete Manetzer. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na *polis*? In. BAQUERO, Marcello e KEIL, Ivete Manetzeder [et. al.]. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**; tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NAZZARI, Rosana Katia. Capital social, cultural e socialização política: a juventude brasileira. In. BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**; tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In.
- RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.